

# economistas

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ

## Mobilizar o povo para garantir as mudanças

Em entrevista ao JE, João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, afirma que o MST manterá com o governo uma relação de parceria, nas iniciativas que forem favoráveis à melhoria das condições de vida do povo, preservando, porém, a sua autonomia. “Autonomia para poder organizar nosso povo e seguir fazendo mobilização e pressão social, que represente uma força acumulada a favor das mudanças. O governo sozinho tampouco consegue fazer mudanças, se o povo não estiver organizado e mobilizado”, disse. E mobilização é o que não vai faltar, começando em abril, com o Grito da Terra, e tendo um dos pontos marcantes a Marcha das Margaridas, em agosto, quando as trabalhadoras rurais voltarão a ocupar a Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Páginas 8 a 10

### Banco Central: autonomia ou não?

Página

7

### MP processa prefeitura do Rio

Página

15

### Criar empregos é o desafio de Lula

Página

5

Alfredo



## EDITORIAL

## Civilização ou barbárie

Desde o dia 20 de março, o mundo assiste de forma estupefata e indignada a agressão norte-americana ao Iraque. Sim, trata-se de uma agressão e não de uma guerra, tal a disparidade de forças, recursos e tecnologia existentes. O ataque se dá confrontando as leis do direito internacional, a ONU, seu Conselho de Segurança e a grande maioria dos governos do mundo.

Apóiam esta aventura do neofascista Bush os governos do Reino Unido, da Espanha, da Austrália e mais meia dúzia de governos asseclas, como o colombiano. Mas, mesmo nestes países, assim como no resto do planeta, a esmagadora maioria do povo desaprova e se mobiliza contra a carnificina que está sendo praticada. Aqui, no Brasil, segundo pesquisa do Instituto GPP, o percentual dos que são contrários à "guerra" chega a 95%. E isto acontece porque o povo sabe muito bem que se trata de uma típica guerra imperialista.

O que está em jogo de fato é o controle das reservas de petróleo do Oriente Médio, que representam 65% do total mundial, sendo que cerca de 12% apenas no Iraque. Diz o Governo Bush que os objetivos são outros: eliminar a ameaça que o Iraque representa para a segurança dos EUA e libertar o povo iraquiano de uma ditadura. Difícil encontrar maior cinismo.

No primeiro caso, qualquer criança sabe qual o país detém o maior e mais destrutivo arsenal bélico do planeta. Se a humanidade quiser se desfazer das armas de destruição em massa, o trabalho deve começar pelo EUA. Quanto ao segundo argumento, chega a ser risível. Os EUA são os maiores fomentadores e sustentadores de ditaduras em todo o mundo: Pinochet (Chile), Suharto (Indonésia),

Castelo Branco (Brasil), Videla (Argentina), Mobuto (Congo), Batista (Cuba), Somoza (Nicarágua), Stroesner (Paraguai), enfim, a lista é extensa. No próprio Oriente Médio, os EUA sustentam monarquias absolutistas, onde sequer existem parlamentos, casos da Arábia Saudita, EAU, Catar, Omã, etc.

Como disse em recente artigo o escritor uruguaio Eduardo Galeano, "acreditará Bush que a civilização nasceu no Texas? Nunca ouviu falar da biblioteca de Nínive, nem da Torre de Babel, nem dos jardins suspensos da Babilônia?". Pois é disso que se trata. A civilização que a humanidade começou a construir há cerca de 7 mil anos na Mesopotâmia, exatamente onde hoje se situa o Iraque, esta civilização está sendo ameaçada, não só no Iraque, mas em todo o planeta, pela barbárie expressa na "ganância do capital", segundo palavras de Allan Grenspan, presidente do Banco Central americano.

Barbárie que tem na guerra sua expressão mais apurada, mas que também se manifesta no estado de miséria de 2 bilhões de pessoas (1/3 da humanidade), no desemprego de centenas de milhões, na mortalidade infantil, no analfabetismo, na fome, e que tem como seu contraponto e causa a opulência das elites, a especulação financeira, a exploração das corporações transnacionais, os superávits primários exigidos pelo FMI para remunerar os especuladores, etc. Expressões do atual estado de senilidade do capitalismo, e que ameaça destruir nossa civilização e levar a humanidade à barbárie.

A única alternativa é a resistência dos povos, em todo o mundo, inclusive nos EUA. Portanto, todos às ruas, contra a guerra, contra Bush e a favor da paz e da civilização. ■

## Prêmio Monografia: prazo vai até 30 de maio



Foi estendido até o dia 30 de maio próximo o prazo para inscrição no XIII Prêmio Anual de Monografia, promovido pelo Corecon-RJ. Podem participar do certame todos os estudantes em fase final do curso de graduação em Economia. Serão aceitos trabalhos de conclusão ou diplomação, inéditos, apresentados no primeiro ou segundo semestre de 2002, ou, ainda, no último período de 2001.

As inscrições são feitas pelo chefe do departamento de Economia da universidade ou pela direção equivalente no caso de faculdades isoladas. ■

Informações na sede do Corecon-RJ ou na página do Conselho na internet – [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br).

## Jornal dos economistas

Órgão Oficial do  
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Ceci Juruá, Paulo Passarinho, Paulo Mibielli, Sidney Pascotto, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, Gilberto Alcântara e Julio Miragaya • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Diagramação e Finalização:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: [apoio@corecon-rj.org.br](mailto:apoio@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900  
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: [secreinst@corecon-rj.org.br](mailto:secreinst@corecon-rj.org.br)  
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Sidney Pascotto • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Gilberto Caputo Santos, Jose Antonio Lutterbach Soares, Julio Diniz, Julio Flavio Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sandra Maria Carvalho de Souza.

## SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192  
Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coodenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

## IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro  
RJ • Centro • CEP 20054-900  
Tel.: (21) 2509-1077 • Telefax: (21) 232-8178 ramal 22  
Correio eletrônico: [ierj@alternex.com.br](mailto:ierj@alternex.com.br)

**Presidente:** Cláudio Leopoldo Salm • **Vice-presidente:** Hildete Pereira de Melo • **Diretor de Finanças:** Eriksom Teixeira Lima • **Diretoria Executiva:** Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassiolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibieli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes, Silvio Renato Paes de Figueiredo.

PREVIDÊNCIA Terezinha Sueli Sá de Souza Gaia\*

# Novo governo, velhas táticas e desacreditados números

Mais uma vez em pauta a reforma da Previdência Social está sendo debatida com os mesmos números e o mesmo foco do governo anterior

Com grande destaque na imprensa, a reforma da Previdência vem sendo colocada para a sociedade como uma iniciativa pela igualdade, para viabilizar ações na área social ou até mesmo para permitir a governabilidade do país. Como vem acontecendo desde 1990, e mediante as mesmas táticas, é atribuído ao servidor público a responsabilidade por eventuais déficits nas contas do governo.

Falácias, distorções e alguns mitos cercam a questão, alimentados por relatórios de organismos internacionais que insistem em impor modelos, ainda que nem sempre adequados aos costumes e cultura de um povo, como, por exemplo, o do Banco Mundial, de 31 de maio de 2001, intitulado "*Brazil: Critical Issues in Social Security*", acessível no endereço eletrônico [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org).

Com base em declarações de integrantes do governo, publicadas na imprensa e não desmentidas, e no que consta do relatório acima citado, gostaria de fazer algumas observações, relativamente à unificação dos regimes, ou seja, à proposta de integração, com um regime único, universal, compulsório, para os trabalhadores do setor público e do setor privado, com mesmas regras.

A escolha da estrutura de um sistema de proteção social é eminentemente política e, portanto, razões técnicas ou econômicas podem condicionar essa escolha, mas fundamentalmente trata-se de organização do Estado.

## Os modelos existentes

No mundo, encontramos as duas formas: regimes separados ou um único regime para todos os trabalhadores. No Reino Uni-

do, por exemplo, berço da universalidade, conforme princípio instituído pelo Plano Beveridge, de 1941, tem-se um regime único para os trabalhadores dos setores público e privado, porém, os militares, marítimos e

Hoje, é raro se encontrar funcionários em atividade com 35 ou 40 anos de serviço. Não há confiança nem credibilidade

trabalhadores nas docas têm regime diferenciado: é o reconhecimento de que os desiguais devem ser tratados desigualmente. Já na França, os regimes são separados, inclusive entre os servidores públicos: os militares e os civis possuem, cada um, regime próprio, embora, quanto aos civis, alguns benefícios, como os decorrentes de doença e invalidez, sejam pagos pelo regime geral, havendo transferência financeira àquele regime, pelo governo.

Assim, independentemente da decisão política sobre o regime a ser adotado em nosso país, o problema da integração dos regimes previdenciários brasileiros, em nosso ver, poderá vir a ser o descumprimento, por parte do governo, de suas obrigações como empregador, o que já vem acontecendo ao longo dos anos.

A integração compreende não somente os benefícios, mas também o custeio do sistema. Aliás, este precede aquele, tal como dispõe o inciso 5º do art. 195 da Constituição Federal. No regime integrado, como atualmente no Brasil, se o setor privado contribui com 20% sobre a totalidade da remuneração de seu empregado, mais 1%, 2% ou 3% sobre a mesma base de cálculo, conforme a atividade desenvolvida e, ainda, com 6%, 9% ou 12% por empregado que exerce atividade gera-

dora de uma aposentadoria especial, o Estado deverá contribuir na mesma base, senão o regime integrado ficará desequilibrado e, em breve, estarão falando novamente em déficits. O passado justifica nossa preocupação. Lembramos o período pré Constituição de 1988, em que o regime previdenciário dos servidores federais empregados (CLT) fazia parte do



regime geral, bem como os “celetistas” dos estados, Distrito Federal e municípios. Até hoje rolam dívidas dos entes federativos e não sabemos ao certo se a União contribuía em relação aos seus servidores.

Hoje, a União, as Unidades Federativas e os Municípios não agregam às contribuições de seus servidores a parcela respectiva de suas obrigações enquanto empregadores. Com a previdência unificada, o governo, seja federal, estadual, distrital ou municipal, deverá alocar recursos para aquele regime, da mesma forma que a lei impõe ao empregador do setor privado.

### O débito do governo

A idéia de previdência social, desde 1883, na Alemanha de Bismarck, é de um financiamento tripartite. Querer fazer previdência somente com contribuição do empregado, no caso do funcionário, pode ser chamada de poupança programada, de pecúlio, de mutualismo, menos de previdência.

Nas declarações de autoridades, publicadas no jornal O Globo, de 25 e 27 de janeiro último, constata-se que a parcela do empregador não tem sido alocada à previdência do servidor. São declarações do ministro da Previdência Social: “Embora, na prática, o governo federal tenha de bancar a conta dos aposentados, na teoria, ele não paga sua parcela, fazendo com que o déficit seja de R\$ 30,1 bilhões, em vez de R\$ 23 bilhões”.

Da mesma forma, os governos estaduais: no Espírito Santo, o governo arrecada de contribuições dos servidores, mensalmente, o valor de R\$ 6 milhões e paga de aposentadorias R\$ 40 milhões por mês. Conclui o governador: “... o que representa um déficit de 34 bilhões”. Ou seja, nenhuma responsabilidade do empregador!

## A escolha da estrutura de um sistema de proteção social é eminentemente política e, portanto, razões técnicas ou econômicas podem condicionar essa escolha, mas fundamentalmente trata-se de organização do Estado

Além disso, há equívocos nessa conta. O montante de aposentadorias pagas mensalmente inclui aquelas concedidas anteriormente à instituição de contribuições, quando a aposentadoria do servidor era um ônus para o Tesouro. As contribuições ao IPASE, por exemplo, assim como aos institutos de previdência dos estados, municípios e do Distrito Federal se destinavam às pensões e assistência médica. Aliás, o Tesouro Nacional recebeu o patrimônio acumulado pelo IPASE, o qual, enquanto recurso gerado pelo servidor público, deveria estar sendo considerado no balanço das contas divulgadas da previdência do setor público. Não está, e ninguém fala mais nisso!

Também o modelo de Estado implantado no país, especialmente a partir de 1995, vem diminuindo suas atividades e, conseqüentemente, o seu número de funcionários, os quais, por sua vez, diante do terrorismo provocado por nossas autoridades, se aposentam ao cumprir os requisitos mínimos exigidos. Hoje, é raro se encontrar funcionários em atividade com 35

ou 40 anos de serviço. Não há confiança nem credibilidade.

O Banco Mundial, no relatório citado (p.3), chama, equivocadamente de subsídio essa contribuição do Estado-empregador, como se não se tratasse de obrigação do Estado, mas de uma liberalidade! Mais: informa que o governo federal, após imputar uma contribuição como empregador de duas vezes a do empregado, como no regime geral, o que não acontece, subsidia cada aposentadoria do setor público, anualmente, em R\$ 17.500,00.

Os estudos realizados pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Previdência Social (ANFIP), sempre apoiados e utilizados pelos parlamentares, inclusive os que hoje integram o governo, têm demonstrado retenções e desvios reiterados das contribuições sociais.

Um governo eleito com expressiva votação, que consolida a democracia brasileira, inclusive com repercussões positivas no exterior, que queira buscar, democrática e verdadeiramente, um consenso na sociedade para a reforma da previdência, deve abrir as contas da seguridade social e não, com vistas a ganhar tempo, adotar os números do governo anterior e nem mesmo partir das propostas de reforma que já transitam no Parlamento. Por que não uma auditoria nas contas da previdência?

Aliás, quanto a ganhar tempo, cite-se que o governo Reagan, para demonstrar à sociedade americana a necessidade de reformas na área social, primeiro separou os orçamentos fiscal e da seguridade e, na Inglaterra, Margareth Thatcher discutiu por 13 anos a reforma da seguridade inglesa, conseguindo apoio dos sindicatos e do Partido Trabalhista, então, na oposição.

As informações têm que ser transparentes. Os números devem demonstrar a realidade. A importância da matéria não admite açodamento nem “queremismos”. Precisamos ser convencidos da necessidade e correção da reforma proposta. Abrir as contas da seguridade é o caminho.

É assim que deve ser feito. ■

**\* Mestre em Direito Tributário – UCAM/RJ, especialista em Seguridade Social (IMS/UERJ) e professora de Direito Tributário e Previdenciário**



O problema da integração dos regimes previdenciários brasileiros, em nosso ver, poderá vir a ser o descumprimento, por parte do governo, de suas obrigações como empregador, o que já vem acontecendo ao longo dos anos

TRABALHO João Saboia\*

# Desemprego: desafio para Governo Lula

PIB terá que crescer, no mínimo, o dobro do que vem sendo registrado nos últimos anos, para que o problema do desemprego não se agrave ainda mais

**N**ão é novidade que o Brasil apresentou uma péssima performance em termos de crescimento econômico ao longo dos últimos anos. Durante os oito anos do governo FHC, as autoridades econômicas não cansaram de prometer que o crescimento viria logo após os ajustes econômicos necessários. O tempo passou e o resultado final foi decepcionante. O crescimento do PIB no último quinquênio, por exemplo, foi de apenas 1,6% ao ano, enquanto o aumento do PIB *per capita* não passou de 0,3% anuais. Para um país acostumado até o início da década de 80 a uma taxa histórica de crescimento do PIB da ordem de 7% ao ano, os resultados das duas últimas décadas, especialmente dos últimos anos, não poderiam ter sido piores.

As discussões sobre geração de emprego agitaram a campanha eleitoral presidencial de 2002. Enquanto Serra prome-

tia 8 milhões, Lula falava em 10 milhões de empregos ao longo de seu mandato. É, portanto, com certa frustração que se observa o novo governo tomar medidas que inevitavelmente aprofundarão o quadro recessivo em que se encontra a economia brasileira. O aumento da meta de superávit primário e da taxa básica de juros aponta claramente nesta direção. Por sua vez, o velho discurso da necessidade de novos ajustes antes do crescimento econômico dá uma sensação desanimadora de *déjà vu*.

Apresentamos a seguir uma discussão sobre as perspectivas de geração de empregos e a evolução do desemprego para os próximos anos, comparando os resultados com as promessas da campanha eleitoral. Inicialmente, trataremos da questão da geração de emprego e, em seguida, do desemprego propriamente dito.



## Altos e baixos

A divulgação pelo IBGE dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), até 2001, permite que sejam feitas algumas estimativas sobre a relação entre emprego e crescimento econômico no Brasil, no passado recente.

Segundo a PNAD, a população ocupada no país passou de 65,153 milhões, em 1992, para 73,345 milhões, em 1999, e 75,458 milhões, em 2001. Houve, portanto, um aumento de 10,305 milhões de pessoas ocupadas, entre 1992 e 2001, e de 2,113 milhões de pessoas, entre 1999 e 2001, representando pouco mais de um milhão de novas pessoas ocupadas por ano.

O comportamento da economia passou por altos e baixos no período. No triênio 1993/95, o crescimento do PIB atingiu 14,8%, baixando para 6,1% no biênio 1996/97 e apenas 0,9%

no biênio 1998/99. A economia se recuperou em 2000 (4,4%), recuando novamente em 2001 (1,4%) e 2002 (1,5%). Considerando os nove anos do período 1993/2001, a economia cresceu 31,3%, i.e., 3,1% ao ano. No biênio 2000/2001, o crescimento foi de 5,8%, i.e., 2,9% ao ano.

Os dados acima permitem que seja verificada a associação entre o crescimento econômico e a capacidade de geração de empregos pela economia brasileira, nos últimos anos. Utilizando-se a elasticidade emprego-produto, é possível estimar a relação entre o crescimento do emprego e do produto.

A elasticidade calculada para os nove anos do período 1993/2001 atinge 0,5, mantendo-se exatamente no mesmo nível no biênio 2000/2001.<sup>1</sup> Tal resultado mostra que a elasticidade emprego-produto tem se mantido estável no país, nos últimos anos. Em outras palavras, para cada ponto

percentual de crescimento do PIB há meio ponto percentual de crescimento da população ocupada.

### Crescimento do PIB

Supondo que a elasticidade emprego-produto permaneça no mesmo nível nos próximos anos, é possível simular a capacidade de geração de empregos na economia brasileira. Para isso, são apresentadas a seguir várias taxas de crescimento de PIB e a correspondente estimativa do número de postos de trabalho gerados por ano, mantida a elasticidade emprego-produto em 0,5 e supondo que, em 2002, o número de pessoas ocupadas no país tenha atingido 76 milhões.

Taxa de Variação do PIB	Taxa de Variação do Emprego	Postos de Trabalho Gerados por Ano
1%	0,5%	380 mil
2%	1%	760 mil
3%	1,5%	1,1 milhão
4%	2%	1,5 milhão
5%	2,5%	1,9 milhão
6%	3%	2,3 milhões
7%	3,5%	2,7 milhões

A experiência dos últimos anos tem mostrado a necessidade de geração de 1,5 milhão de postos de trabalho, a cada ano, para absorver o crescimento da população economicamente ativa (PEA). Segundo a PNAD, a PEA passou de 69,7 para 83,2 milhões, entre 1992 e 2001, confirmando a necessidade de absorver 1,5 milhão de pessoas, por ano, para não aumentar o número de desempregados no país. Portanto, os dados acima indicam que o PIB deveria crescer cerca de 4% ao ano para incorporar a população que chega ao mercado de trabalho a cada ano.<sup>2</sup>

A utilização da expressão “emprego” ao longo deste artigo pode dar a falsa impressão que as milhões de ocupações geradas com o crescimento econômico são empregos com carteira assinada. Na realidade, os números acima se referem a postos de trabalho criados, incluindo empregos com e sem carteira assinada, trabalho autônomo e até mesmo trabalho doméstico. Apenas uma parcela representa empregos com carteira assinada. Em 2001, por exemplo, 31,4% da população ocupada eram constituídos por empregados com carteira assinada; 24,2% por empregados sem carteira assinada; 22,3% por trabalhadores por conta própria; e

7,4% por trabalhadores não remunerados.

A relação entre a variação do PIB e o desemprego pode ser estimada a partir da Lei de Okun. Cálculos realizados pelo autor, utilizando os dados de desemprego levantados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em seis regiões metropolitanas, apontam para a necessidade de crescimento anual do PIB da ordem de 3% a 3,5% para que a taxa de desemprego não aumente.<sup>3</sup>

Embora a necessidade de crescimento econômico, estimada pela Lei de Okun, seja um pouco menor que a calculada

A menos que o atual governo consiga se livrar dos atuais estrangulamentos e mudar a política econômica para fazer o PIB crescer a taxas médias da ordem de 3% a 4% ao ano, as perspectivas para a geração de empregos nos próximos anos serão extremamente desfavoráveis.

através da elasticidade emprego-produto, verifica-se que o país deveria crescer a uma taxa, no mínimo, igual ao dobro da observada nos últimos dois anos, para que a questão do desemprego no país não se agrave durante o governo Lula.

Pode-se argumentar que as relações econômicas mudam ao longo do tempo e que a elasticidade emprego-produto poderia crescer no futuro próximo. Afinal de contas, as prioridades do atual governo não são as mesmas da era FHC. O Fome Zero está aí para confirmar as mudanças. Uma maior prioridade para atividades agrícolas e outros setores com maior capacidade de gerar empregos poderia elevar a elasticidade emprego-produto.

Embora reconhecendo tais argumentos, cabe lembrar a estabilidade encontrada para a referida elasticidade nos últimos anos mostrada acima. Além disso, o crescimento da produtividade poderia compensar a tendência de elevação da elasticidade emprego-produto. Portanto, parece razoável supor que a tal elasticidade deverá continuar em torno de 0,5 ao longo dos próximos anos.

Em resumo, a menos que o atual governo consiga se livrar dos atuais estrangulamentos e mudar a política econômica para fazer o PIB

crescer a taxas médias da ordem de 3% a 4% ao ano, as perspectivas para a geração de empregos nos próximos anos serão extremamente desfavoráveis.

A discussão acima deixa claras as dificuldades a serem enfrentadas pelo governo Lula na questão do emprego. Tendo em vista as propostas de geração de emprego apresentadas na campanha presidencial e as restrições ao crescimento por conta da precária situação econômica em que se encontra o país, é muito provável que a população venha se frustrar ao descobrir que os empregos prometidos não existem. ■

**\* João Saboia é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e editor da Revista Economia Contemporânea.**



<sup>1</sup> No primeiro caso, trata-se do quociente 15,8/31,3 e, no segundo, 2,9/5,8.

<sup>2</sup> Utilizando as estimativas acima, seria necessário um crescimento anual da economia da ordem de 6,5% para absorver 10 milhões de pessoas em quatro anos e de 5,3% para absorver 8 milhões.

<sup>3</sup> Arthur Okun estimou uma relação linear entre a taxa de crescimento do PIB e a variação na taxa de desemprego na economia americana. Para uma aplicação ao caso brasileiro veja Saboia, J., Crise Energética e Desemprego, *Jornal dos Economistas*, Corecon-RJ, julho de 2001.

DUAS VISÕES



# Autonomia do BC: sim ou não?

A discussão relativa à proposta de conceder autonomia e/ou independência ao Banco Central está hoje no centro do debate sobre os rumos do novo governo. Há prós e contras e no Congresso Nacional, mesmo junto à base governista, a questão levanta muitas polêmicas. O *JE* ouviu dois economistas com posições distintas e sólidas a respeito do tema: o professor Fernando Cardim, do Instituto de Economia da UFRJ, e o economista Fabio Giambiagi, do BNDES.

**Jornal dos Economistas** – *A favor ou contra a autonomia do Banco Central?*

**Fernando Cardim** – Sou contra porque o Banco Central é responsável por uma variável fundamental para a economia, que é a fixação da taxa de juros, que é de suma importância para a definição, por exemplo, da política econômica. E a decisão sobre ela é uma decisão de governo.

**Fabio Giambiagi** – Sou a favor. A minha posição é que a autonomia contribui para o sucesso e consolidação da estabilidade econômica. Vejo isso não necessariamente como um divisor de águas, mas como um passo importante no que se poderia chamar de institucionalização dessa estabilidade. Basicamente, o que se procura com esse mecanismo é isolar a condução do dia-a-dia da política monetária do centro político, facilitando a adoção de medidas tecnicamente adequadas, sem o temor de que o governante não goste da decisão e demita a autoridade monetária.

**JE** – *A favor da independência do Banco Central?*

**Cardim** – Muito menos, ainda. A rigor, não há diferença impor-

tante entre a autonomia e a independência do Banco Central. No caso, a diferença seria que com a autonomia a fixação da meta de inflação continuaria em mãos do governo. O problema é que não é a meta inflacionária

**“A autonomia contribui para o sucesso e consolidação da estabilidade econômica”**  
*(Giambiagi)*

a questão mais importante. A questão chave é, sim, a taxa de juros. Ela é que é a chave para a definição de outras políticas da área econômica.

**Giambiagi** – Tenho certa dificuldade em entender com precisão a distinção entre os conceitos de autonomia e de independência. Se independência for entendida como a criação de uma espécie de quarto poder, sou contra. Minha visão sobre o assunto é que o poder político (executivo ou legislativo) deveria fixar alguns objeti-

vos (como, por exemplo, a meta de inflação), cabendo então a um BC com autonomia operacional as decisões do dia-a-dia que julgue necessárias para atingir esse objetivo definido por uma instância superior.

**JE** – *Qual a diferença entre autonomia e independência?*

**Cardim** – Na verdade, essa diferença está sendo criada em grande medida aqui, no Brasil. Eu penso que foi a forma encontrada para reduzir um pouco o impacto da medida. Em mi-

um órgão independente. O ideal é que a política fiscal e a política monetária estejam combinadas e não definidas por entes diferenciados. Daí ser totalmente contrário tanto à independência quanto à autonomia.

**Giambiagi** – De certa forma isto foi respondido na resposta anterior. Nesse sentido, autonomia poderia ser entendida como uma liberdade para a tomada de decisões do dia-a-dia da política monetária, enquanto que independência poderia ser entendida no sentido mais amplo, como estando associada à ausência total de qualquer relação de subordinação do BC em relação ao governo. Colocada nesses termos, uma pessoa pode ser favorável à autonomia, sem ser favorável à independência. Vale frisar que esta visão de independência absoluta, ao que me consta, não é defendida por praticamente nenhum economista de peso nacional ou internacionalmente, uma vez que mesmo aqueles que são enfaticamente a favor da autonomia operacional reconhecem a importância de que o BC seja condicionado por objetivos definidos numa alçada superior. ■

**“A questão chave é a taxa de juros, que é uma decisão do governo”**  
*(Cardim)*

ENTREVISTA João Pedro Stédile

# MST e o Governo Lula: parceria sem perder a autonomia

**A**s mobilizações nacionais dos trabalhadores do campo, que a partir de abril ganharão as ruas com o Grito da Terra, irão se desdobrar em diversas frentes do movimento social, vindo a deslanchar na Marcha das Margaridas, reunindo as trabalhadoras rurais que em agosto vão ocupar a Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Tais mobilizações, em vez de criar dificuldades para o presidente Lula, deverão dar o suporte popular necessário para que o novo governo realize as mudanças prometidas em campanha e tão necessárias para que o Brasil altere a rota do seu modelo de desenvolvimento econômico, e possa, enfim, abraçar políticas econômicas de largo alcance social, com a geração de emprego e a distribuição da renda.

É, em resumo, o que disse ao *JE* uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o economista João Pedro Stédile, em entrevista através do correio eletrônico. “Faremos muitas mobilizações, sempre tendo como enfoque nossa luta por derrotar o latifúndio, que é o nosso inimigo princi-

pal, e lançar os pilares para um novo modelo agrícola”, respondeu Stédile, para quem a relação do MST com o governo de Lula será de parceria nas propostas e encaminhamentos que representem mudanças reais nas condições de vida da população, e de completa autonomia para manter a organização e a mobilização popular, como forma de pressão em favor das mudanças.

“O Brasil e a América Latina têm um futuro muito grande, se a gente conseguir se unir, formar um bloco econômico, político e cultural, entre nós, contra o império do capital”, afirmou, na entrevista cuja íntegra vai a seguir.

**JE** – *Como definir a situação política e econômica do*

**Acho que o centro do debate é que há aspectos da política econômica em que o governo precisa ser contundente e firme, para combater, ir destruindo o modelo antigo e ao mesmo tempo ir construindo um novo modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, por exemplo, é fundamental não dar autonomia ao BC**

*Brasil, hoje, no terceiro mês do Governo Lula? Há ou não uma mudança de conjuntura em curso?*

**João Pedro Stédile** – O povo votou contra o modelo neoliberal. Votou por mudanças do modelo. No entanto, o governo FHC deixou uma pesada herança, em que o modelo neoliberal traz consigo algumas armadilhas que o novo governo não consegue desarmar facilmente, correndo o risco de “a bomba estourar nas mãos...”. Trata-se da elevada vulnerabilidade externa, seja do envio de riqueza nacional para o exterior, seja na dependência dos capitais estrangeiros, que garantem os fluxos de financiamento na base de altas taxas de juros. A outra bomba é a dependência do capital financeiro, através da

estrondosa dívida pública recebida, que já beira R\$ 800 bilhões. Acredito que o núcleo central do novo governo tem o compromisso com o povo de mudar o modelo. E fará isso. Quando e como é que está difícil. E a saída para isso, não é nem fazer oposição sistemática às medidas conjunturais, nem apoiar cegamente o governo. O caminho que defendemos é de que é preciso debater com a sociedade, amplamente, denunciar a herança do neoliberalismo e encontrar, nesse amplo debate, a melhor saída, no tempo certo. Por tanto, o que precisamos é de debate. Se deixarmos apenas para os economistas ou para o ministro da Fazenda, não encontraremos a melhor saída.

**JE** – *As primeiras medidas do governo na área econômica dão continuidade à política que vinha sendo adotada no governo FHC, inclusive com cortes orçamentários. Qual a sua compreensão sobre este fato e como avalia a reação da esquerda do PT?*

**JPS** – Como disse antes, o governo esta fazendo uma ginástica para tentar administrar a herança maldita do

## As eleições mudaram a correlação de forças na sociedade em relação à reforma agrária também. Antes nós tínhamos os movimentos sociais (MST, CPT, Contag, CUT) contra o governo, os latifundiários e o modelo econômico. Agora, o governo está de nosso lado e deixou o latifúndio mais fragilizado

neoliberalismo, sem matar o paciente. Está num processo de transição, que em três meses não deu muitas opções em termos de medidas de curto prazo. Acho que o principal não é ficarmos enredados no debate de curto prazo: se a taxa de juros é ideal ou não, ou se haverá cortes orçamentários. Orçamento no Brasil é ficção, não é instrumento de política econômica. Acho que o centro do debate é que há aspectos da política econômica em que o governo precisa ser contundente e firme, para combater, ir destruindo o modelo antigo e ao mesmo tempo ir construindo um novo modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, por exemplo, é fundamental não dar autonomia ao Banco Central para os banqueiros perpetuarem o controle do capital sobre a política monetária. Não abrir mão de nossa soberania, na política econômica, e, portanto, não podemos vacilar em aceitar a ALCA. Precisamos colocar as necessidades sociais como prioridades da política econômica e utilizar o BNDES e toda poupança nacional para financiar um novo modelo de desenvolvimento. Está também no

centro do debate que mecanismos podemos e devemos utilizar desde logo para de fato iniciar um processo de distribuição efetiva da renda, para que o povo aumente o poder aquisitivo e crie mercado para a indústria de consumo de massa.

**JE** – *Qual a participação do MST no Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado pelo Governo Lula?*

**JPS** – As eleições mudaram a correlação de forças na sociedade em relação à reforma agrária também. Antes nós tínhamos os movimentos sociais (MST, CPT, Contag, CUT) contra o governo, os latifundiários e o modelo econômico. Agora, o governo está de nosso lado, e deixou o latifúndio mais fragilizado. Então, a relação do MST com o novo governo será de parceria e de autonomia. Parceria para ajudar o governo em tudo aquilo que representar mudanças reais nas condições de vida do povo e dos sem-terra. E autonomia, para poder organizar nosso povo e seguir fazendo mobilização social e pressão social, que represente uma força acumulada a favor das mudanças. O governo sozinho tampouco consegue fazer mudanças, se o

povo não estiver organizado e mobilizado.

**JE** – *Como devem se pautar as relações entre o Movimento e este ministério ou órgãos como o Incra, por exemplo?*

**JPS** – Nós temos diversas pautas. A primeira é um debate sobre as medidas de emergência para saldar a dívida social no campo de quase 10 anos de neoliberalismo, que só aumentou a pobreza e a desigualdade. Por isso, precisamos assentar as famílias acampadas, recuperar os assentamentos e ter políticas claras de proteção da agricultura familiar. Depois, há uma pauta mais estratégica que se refere à necessidade de mudança do modelo agrícola. Sairmos desse modelo

agrícola norte-americano, neoliberal e construirmos um modelo agrícola que reorganize a agricultura voltada para o mercado interno, para produção de alimentos, para melhoria de renda e fixação da população no meio rural. E esse debate será mais intenso e profundo porque o próprio governo está dividido, nesse aspecto, já que tem alguns ministros que ainda sonham em manter o neoliberalismo no campo. Já em relação ao Incra, há uma divisão institucional. O Incra está sucateado, como organismo público. Já teve 12 mil servidores na década de 70, hoje tem 5 mil. É preciso reconstruir o papel do Incra e do setor público em geral para atuar na agricultura e a favor dos pobres.



**JE** – Qual a pauta do MST para este ano e o que esperar de movimentos como O Grito da Terra e a Marcha das Margaridas, em agosto?

**JPT** – Durante esse ano haverá muitas mobilizações sociais, articuladas pelos mais diferentes setores organizados. A Via Campesina, da qual faz parte o MST, os movimentos dos pequenos agricultores, o Movimento dos Atingidos por Barragens, os movimentos das mulheres rurais, a CPT, faremos muitas mo-



bilizações, sempre tendo como enfoque nossa luta por derrotar o latifúndio, que é o nosso inimigo principal, e lançar os pilares para um novo modelo agrícola. O movimento sindical articulado na Contag também está se preparando, com um entendimento parecido, e a marcha das mulheres, que certamente levará milhares de companheiras a Brasília, em agosto. Também estamos engajados na luta contra a ALCA, pois os acordos que estão avançando até agora, especialmente no grupo da agricultura, que nos diz respeito, vão inviabilizar a agricultura nacional e muito mais a agricultura familiar. Por isso, participamos

também de várias mobilizações contra a ALCA e contra a Organização Mundial do Comércio (OMC)

**JE** – Na perspectiva de uma maior integração dos países da América do Sul, como quer o presidente Lula, qual o papel que os movimentos sociais do continente, em especial, os trabalhadores do campo, podem desempenhar?

**JPS** – Modéstia à parte, o MST sempre teve uma vocação latino-americanista,

com o desejo de privatizar a água potável de nosso continente, usando todos os meios, inclusive, a militarização do continente. Não é por nada que impuseram ao governo FHC o Sivam, planejado por empresas ligadas à CIA. Não é por nada que queriam controlar a Base de Alcântara, que, felizmente, o novo governo já engavetou o acordo. Não é por nada que, nos últimos cinco anos, colocaram novas bases militares na Colômbia,

**JE** – Em que e como tem avançado a organização dos camponeses no mundo. Após o último Fórum Social Mundial quais os passos que foram dados?

**JPS** – Durante o FSM de janeiro de 2003 realizamos uma assembléia mundial de camponeses, em que haviam organizações de todos os continentes e de dezenas de países. Daí trocamos experiências para enfrentarmos juntos a ALCA e a OMC, que são a cara dos interesses das transna-

**Parceria para ajudar em tudo que representar mudanças reais na vida do povo e dos sem-terra. É autonomia, para poder organizar nosso povo e seguir fazendo mobilização social e pressão social a favor das mudanças. O governo sozinho tampouco consegue fazer mudanças, se o povo não estiver organizado e mobilizado**

pois precisamos aprender ao longo de nossa história com os outros movimentos camponeses latino-americanos que têm muito mais experiência do que nós. Por isso, sempre tivemos muito contacto com eles. Também participamos, enquanto Via Campesina, de uma frente continental contra a ALCA, que envolve todos os movimentos sociais e 48 redes continentais, reunindo setores sociais, sindicais, de igrejas, desde o Alasca até a Patagônia. Nossa aliança continental é para barrar o projeto de dominação do capital estadunidense, que vem com a ALCA e a OMC, com o desejo de controlar a biodiversidade da Amazônia,

na frente da Venezuela, em duas ilhas, no Equador e na Bolívia, e agora estão colocando na Argentina e Paraguai. O Brasil e a América Latina têm um futuro muito grande, se a gente conseguir se unir, formar um bloco econômico, político e cultural, entre nós, contra o império do capital. Por isso estamos apoiando a proposta do governo da Venezuela de, no lugar da ALCA, colocar a ALBA, Aliança Bolivariana das Américas. E para nós, do campo do Brasil e de toda a América Latina, se vier a ALCA será o fim, como já está acontecendo com os camponeses do México. Por isso, vamos lutar, sem trégua!

cionais estadunidenses nos outros continentes. Tiramos nossa luta em defesa da soberania alimentar, das sementes sob controle dos agricultores e contra os transgênicos. Percebemos como a mesma Monsanto que nos explora aqui, explora os camponeses do México, da Índia, França, África do Sul. Então, para um inimigo comum precisamos ter unidade entre nós, e utilizar as mesmas táticas. A Via Campesina está crescendo e se fortalecendo em nível internacional, em todo mundo, fruto das contradições impostas pelo próprio capital das transnacionais, que nos obriga a nos juntarmos para enfrentá-los. ■

ARTIGO DO LEITOR Leonardo Cezar Rocha Neves\*

# Petróleo e gás no Brasil: um poço de ambigüidades

No momento em que forte ameaça repousa sobre as reservas de petróleo e gás do Iraque e paira sobre a Venezuela, em menor escala, um processo de estilo semelhante, julgamos oportuno considerar alguns resultados e ambigüidades instaladas no plano doméstico

**O**s expressivos resultados apresentados pelo setor petróleo e gás, no período pós-monopólio, são inegáveis e conseqüentemente têm merecido grande destaque da imprensa. Há, pelo menos, dois lados da natureza dos resultados. Um diretamente relacionado à pesquisa exploratória, com a descoberta de novos campos e crescente produção de petróleo e gás. Outro, relacionado aos reflexos no crescimento do PIB nacional e na geração de empregos. Conquanto seja espetacular o crescimento do setor, motivo de esperança e prosperidade econômica para o país, seus exitosos números têm servido a algo mais. Isto é, a múltiplos propósitos que transcendem a esfera doméstica e o senso comum.

O segmento que mais cresceu, de fato, foi o de exploração e produção de petróleo e gás. Em 1997, a atividade respondia por 18,3% do PIB do petróleo, que era de R\$ 20 bilhões, e já em 2000 este percentual subiu para 38,4 %, de um total de R\$ 52,6 bilhões. Este

crescimento, segundo Giovani Machado, está relacionado à nova regulamentação do setor. Nesse período, a Petrobrás incrementou seus investimentos em exploração de R\$ 3,4 bilhões (1997) para R\$ 5,3 bilhões (2000) e a sua produção passou de 669 mil barris por dia (1997) para 1,3 milhão (2000).

De 1999 até o ano passado, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizou três leilões públicos, rodadas de licitações para a exploração de petróleo em diversos blocos do país, assinando-se 67 contratos de concessão. Em junho próximo, realizará a quarta rodada, concedendo 54 novas áreas ainda não pesquisadas.

Nos quatro primeiros anos depois do fim do monopólio (1997 a 2000), a indústria do petróleo dobrou a sua participação no PIB nacional. Estudo elaborado pela ANP constata que a contribuição do setor petróleo para o PIB, sem os impostos, passou de 2,7%, em 1997, para 5,4%, em 2000. E destaca que o petróleo já é, hoje, um dos mais importantes itens na formação do PIB. Para efeito de comparação, a agropecuária pesa 7,7%, a construção civil pesa 9,1%, o setor automobilístico, 4,1%, e o siderúrgico, 2,5%.

Relativamente ao mercado de trabalho, segundo as estimativas da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), cada US\$ 1 bilhão investidos no setor de petróleo e gás geram outros US\$ 1,180 bilhão e 37 mil empregos. Hoje, o número de

empregados no setor é de 500 mil e o volume de investimento previsto para os próximos quatro anos é de US\$ 35 bilhões e absorverá 100% do pessoal em diferentes funções, principalmente, nas especialidades de engenharia naval, química, mecânica, metalurgia e de minas.

Por sua vez, o fundo de pensão Petros, instituição de previdência privada dos empregados da Petrobrás, investe em projetos de diversos setores de infraestrutura e, no setor de petróleo, aplicou seus recursos em infraestrutura (mais de R\$ 1 bilhão), nos últimos três anos, criando mais de 100 mil empregos - 11.715 empregos diretos e 90.356 empregos indiretos, nos campos de Marlim, Albacora e Nova Marlim.

## Falácias e ambigüidades

A Lei 9478/97 estabeleceu novas diretrizes políticas e regulatórias no mercado brasileiro de petróleo e gás, para todos os operadores, inclusive, a Petrobras. Em decorrência, as grandes companhias internacionais e algumas nacionais passaram a explorar o subsolo brasileiro, notadamente nas áreas *offshore*.

Nessa fase pós-monopólio, em que inúmeras empresas alocaram recursos investindo na pesquisa exploratória, perfuração de poços e produção de óleo e gás, um certo contingente de mão-de-obra foi incorporado ao mercado de trabalho. Tal contingente tem sido



destacado, em termos numéricos, de modo espetacular na imprensa.

Neste sentido, admite-se que a veiculação desse fato tenha como objetivo fortalecer a lógica de validação do sistema pós-monopólio: se o país convive com uma taxa de desemprego em torno de 20% e se o sistema pós-monopólio está empregando um grande número de pessoas, então a sociedade poderá fazer opção pelo sistema que contribui para aliviar o desemprego e tal opção logicamente deve ser preservada e acolhida. Está implícita a percepção de que a lógica da imprensa é a de induzir a sociedade a dar anuência e creditar como verdadeira a única opção, a do sistema pós-monopólio do petróleo.

### A vulnerabilidade em números

No período pós-monopólio, inúmeros atores de diferentes procedências e inconfessáveis propósitos passaram a agir e desempenhar papéis considerados estratégicos para o fortalecimento e consolidação de suas posições no setor petrolífero nacional, com vínculos no mercado internacional.

Em conseqüência foram sendo incorporados diferentes fatores que contribuíram para aumentar significativamente a vulnerabilidade do Estado. Neste sentido é essencial observar algumas decisões do poder executivo: o Ministério do Trabalho autorizou, em 2001, o ingresso de 7.838 profissionais estrangeiros no país, quase quatro vezes mais do que o registrado em 1998, quando o mercado de petróleo foi aberto e as empresas “importaram” 2.079 trabalhadores. O mais constante é o fluxo de entrada de dirigentes de empresas pe-

## A lógica da imprensa é a de induzir a sociedade a dar anuência e creditar como verdadeira a única opção, a do sistema pós-monopólio do petróleo

trolíferas: de 1997 até 2001, foram 5.122. É didático observar-se a atuação dos atores internacionais.

Os EUA, Japão e União Européia estão pressionando o Brasil para que haja abertura de mercado de trabalho para seus executivos e técnicos atuarem no Brasil, nos setores de telecomunicações, energia e bancos. Dados do Partido dos Trabalhadores apontam que 7 mil estrangeiros foram contratados por empresas, apenas entre os anos de 1998 e 1999.

Ainda que um quadro carregado de incertezas se faça notar, é oportuno mencionar a mobilização de um grupo de especialistas para discutir, em um fórum específico (Fórum Pensar a Nova Petrobras, 2002), questões como os destinos das reservas e da propriedade do óleo e gás natural do país. Os pontos apresentados foram os seguintes:

- Reorientar a ANP, de acordo com a nova política do governo para o segmento petróleo, para eliminar o tratamento diferenci-

ado e negativo, até aqui, recebido pela Petrobras;

- Paralisar os processos de licitação de novas áreas de concessão exploratórias, para rever e adequar as novas políticas do setor a serem definidas no novo governo pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE;

- Uniformizar os prazos dados à Petrobras para os programas exploratórios e início de produção das concessões;

- Criar grupos de trabalho para rever a lei 9.478/97 e adequá-la aos interesses nacionais, principalmente no artigo 26, que concede ao concessionário a propriedade do petróleo e gás descobertos, o que contraria o monopólio constitucional.

O artigo 60 da citada lei também deve ser suprimido, pois a sua permanência neste diploma legal coloca em risco o abastecimento e a segurança nacional. O citado artigo permite a exportação do petróleo pela empresa produtora, inclusive as multinacionais. Assim sendo, numa situação de emer-

gência de abastecimento, o governo de seu país de origem certamente vai pressioná-la para que o petróleo prospectado seja enviado à sua matriz. E se o governo se dispuser a pagar o preço do mercado internacional dificilmente terá argumentos para forçar a empresa que detém o óleo a vendê-lo no Brasil.

Os resultados alcançados pelo setor petróleo na atual fase possivelmente têm sido usados pelos meios de comunicação para fortalecer a consciência de livre mercado. De igual modo, admite-se que os reflexos positivos do petróleo e gás no PIB e na geração do emprego têm sido acolhidos de modo acrítico por expressivos segmentos da sociedade.

É evidente a mobilização de alguns atores institucionais para evitar a transferência de propriedade do petróleo nacional para grupos fora do país. Possivelmente, o perigo de esgotamento das reservas provadas de petróleo e gás natural em menor prazo esteja associado ao processo de “financeirização” da economia mundial. Percebe-se com clareza a pressa com que as licitações de novos blocos geológicos têm sido realizadas.

Há evidências da exclusão da mão-de-obra nacional e inclusão de grande contingente de trabalhadores estrangeiros. ■

**\* Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Economista pela UCAM e professor titular da Universidade Candido Mendes, ex-economista Petrobras**

## Os EUA, Japão e União Européia estão pressionando o Brasil para que haja abertura de mercado de trabalho para seus executivos e técnicos atuarem no Brasil, nos setores de telecomunicações, energia e bancos

ECUADOR Alberto Acosta\*

# No es más de lo mismo, sino más de lo peor...

Eleito sob grande expectativa de mudanças na economia, o governo de Lucio Gutiérrez está seguindo os mesmos rumos que, na campanha, prometeu alterar

**E**l mundo de ficción pintado en los años de lucha política concluye abruptamente ante cifras y prioridades. Las palabras esperanzadoras de la campaña electoral se transforman en farsa. Los ilusionistas, que cosecharon votos ofreciendo cambios, tienen que esmerarse por tratar de demostrar que hacer lo mismo que criticaron y combatieron, es ahora diferente y hasta positivo. La ambición y la mediocridad obran milagros. Y esto, que sucedió antes, se repite en el gobierno del coronel Lucio Gutiérrez, con el agravante de que se presenta como un gobierno distinto... porque habría neutralizado las protestas de los “ponchos” y de algunos grupos “extremistas” entregándoles unos cuantos cargos burocráticos.

El coronel, en un tiempo record, impuso un esquema de manejo económico que no presenta ninguna novedad. Es más de lo mismo. Realmente no hay elementos novedosos dignos de mención, salvo el reiterado intento por profundizar un ajuste estructural que se viene arrastrando – con diversos grados de coherencia – desde hace casi dos décadas.

Si se recuerda los sucesivos ajustes, se constata que el eje del renovado ajuste busca nuevamente satisfacer las exigencias del FMI, particularmente las demandas de los acreedores de la deuda externa. No es un programa económico soberano, aprobado consensuadamente casa adentro y puesto recién entonces en consideración del FMI, si esto fuera necesario. No.

La velocidad con que se suscribió la décima tercera Carta de Intención de los últimos 20 años (a las que habría que sumar tres cartas plan económico) demuestra apenas el grado de sumisión del gobierno del coronel frente al FMI y confirma la existencia de un programa económico elaborado de antemano por economistas ortodoxos y conservadores, que no coincidían con las propuestas de campaña del

candidato triunfador, que había ofrecido buscar un nuevo rumbo para la economía, ahorrándole al país dolorosos ajustes.

## Reajuste de precios y de las tarifas

Como para completar el cromó del calendario, el coronel, sin transparencia alguna, apura el acuerdo con el FMI – su verdadero plan económico, que empezó con un reajuste de precios de los combustibles derivados del petróleo (actualmente más elevados que en los EEUU o en Colombia), así como con el alza de las tarifas de la electricidad y por cierto también del transporte público de pasajeros y de carga, anuncia que reducirá los ingresos de los servidores públicos y las pensiones de los jubilados, vía congelamiento de los mismos; que mermará las inversiones de la empresa estatal de petróleo, para seguir disminuyendo su presencia en el sector en beneficio de las transnacionales petroleras.

Y que privatizará las empresas públicas, bautizando el proceso como de “administración internacional”; eliminará el subsidio al gas de uso doméstico, motivo de graves conflictos políticos en años recientes; abaratará y flexibilizará la mano de obra, para intentar por este camino sustituir la pérdida de flexibilidad cambiaria provocada por la dolarización; y destinará los fondos de reserva de la seguridad social para apuntalar las reservas de libre disponibilidad que apuntalan la dolarización... (...)

El ajuste del coronel, a pesar de ser conocido por su contenido y sus consecuencias, plantea, sin embargo, otras preocupaciones. Al haber desechado las propuestas innovadoras existentes y discutidas por quienes hoy forman su gobierno, se postergó la posibilidad de construir una alternativa y se condenó al país a la repetición de un libreto conocido.

Pero lo grave no es que se está frente a más de lo mismo. El contenido inflacionario del nuevo ajuste, vía incremento de precios y tarifas, en una economía dolarizada, golpeará aquellos sectores que ya han perdido su competitividad y que sufren duros embates por una creciente competencia externa, al tiempo que restará la capacidad adquisitiva de las mayorías. Algo nocivo en una economía que ha sido ajustada y desajustada hasta el cansancio, ajuste que aún no termina... (...)

Y, lo que es más preocupante, en la actualidad muchos sectores sociales, que fueron protagonistas de la resistencia contra los ajustes del FMI – tema que también provocó el levantamiento del 21 de enero del 2000, en el que el coronel fue uno de los gestores más destacados conjuntamente con los indígenas – y que a la vez aparecían como los portadores de propuestas alternativas, al estar involucrados en el nuevo gobierno, están avalando una gestión fondomonetarista.

Esto, como es fácil comprender, debilita la posibilidad de construir opciones diferentes de política económica, incluyendo una salida ordenada de la trampa cambiaria. Así, este país andino, que había tenido en el movimiento indígena un actor político fundamental para resistir al neoliberalismo, estaría en condiciones más precarias cuando llegue realmente la hora del cambio. En suma, también desde esta perspectiva política, no se está frente a más de lo mismo. Como van las cosas, el gobierno del coronel sería un gobierno peor que los otros, porque es distinto...

Es una pena que tan pronto se cierre la puerta a la esperanza. ■

**\* Ecuatoriano. Profesor universitario. Asesor de organizaciones indígenas y sociales. Miembro del Foro Ecuador Alternativo. Autor de varias publicaciones. Dirección electrónica: alacosta48@yahoo.com.**

O texto acima é um resumo editado. A sua íntegra, com as avaliações mais pormenorizadas da economia equatoriana, pode ser lida na página dos economistas na internet – [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br).

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

# Ministério Público versus Prefeitura do Rio

O Fórum Popular do Orçamento, cumprindo sua missão de democratização do orçamento público e de expressar de forma mais acessível e proveitosa os dados orçamentários em favor da cidadania, vem atuando em parceria com o Ministério Público do Estado em diversos processos movidos contra a prefeitura do Rio de Janeiro, fornecendo informações que contribuem para o desenvolvimento das ações. Na maioria dos casos, a prefeitura está sendo acusada de não utilizar seus recursos responsabilmente, deixando de atender programas que promovam a cidadania e o desenvolvimento social.

**T**rês foram os processos que utilizaram os dados recolhidos pelo Fórum para basear as acusações: obrigatoriedade de disponibilizar leitos para jovens dependentes químicos; retirada das crianças e jovens de rua e envio dos mesmos para abrigos municipais; e envio de famílias moradoras de rua a abrigos. Em todos eles, o Fórum utilizou as informações obtidas no Fincon - sistema de consulta de dados orçamentários - e/ou nos remanejamentos publicados no Diário Oficial do Município, sendo ambas fontes oficiais e públicas.

Nas duas últimas ações citadas, o município é acusado de não criar vagas suficientes para atender a população de rua, deixando, de acordo com dados da Fundação da Infância e da Juventude (FIA - instituição ligada à Secretaria Estadual da Ação Social), 1.200 jovens morando nas ruas.

## Descaso social

Segundo Siro Darlan, juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude, "a prefeitura tem recurso, capacidade administrativa e equipes preparadas. Mas não quer fazer" (Jornal do Brasil, 01/08/02). A acusação do juiz, embora grave, encontra respaldo nos dados orçamentários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). Conforme informações obtidas pelo Fincon, as atividades da SMDS

têm sido encaradas como não-prioritárias. Ao longo do exercício de 2002, a secretaria liquidou (gastou) apenas 68% da dotação disponível. Em relação aos programas de trabalho relacionados à criança e ao jovem, do total de R\$ 97.329.629,00 - quantia a ser gasta durante o ano, apenas R\$ 65.376.711,00 foram pagos.

O Poder Executivo, ao rever sua previsão de receita e despesa para aquele ano, ainda rebaixou a participação da SMDS no orçamento, caindo assim de 2,72% para 2,52%. As evidências de um descaso com a situação das crianças de rua são claras: dentre os remanejamentos feitos, o prefeito cancelou totalmente um programa que criaria casas de acolhida para jovens vítimas de maus tratos e abusos sexuais, além de ter retirado R\$ 256 mil de programas similares. Como, naquele ano, a prefeitura não divulgou o PAT - Plano Anual de Trabalho, uma lista com especificações de cada programa de trabalho - não é possível saber ao certo para onde foi o dinheiro.

Atividades como Conselho Tutelar de Defesa da Criança e do Adolescente só gastaram 57% da dotação atualizada, ou 20% da dotação inicial, similar ao Conselho Municipal dos Direitos de Defesa da Criança e do Adolescente, que só desembolsou 54% dos recursos disponíveis.

O executivo municipal enfrenta ainda uma outra ação, além das três citadas, referente à

inclusão de uma família desalojada no programa de auxílio moradia. Nesse processo, infelizmente, o Fórum Popular do Orçamento não pôde contribuir com o fornecimento de dados orçamentários, simplesmente por não termos encontrado nenhum programa municipal com tal obrigação no Orçamento de 2003, nem na Secretaria de Habitação, nem na de Desenvolvimento Social, nem na de Obras e Serviços Públicos. Em 2002, como dito anteriormente, não houve detalhamento dos programas, impossibilitando identificar em qual programa poderia estar a construção de moradia.

A prefeitura não pode alegar, no entanto, que tal ação não exista por não ser de seu escopo, já que há um histórico, no passado recente, de construção de conjuntos habitacionais. A despeito disso, na sede da prefeitura, na Cidade Nova, encontra-se material publicitário de venda de unidades habitacionais, com o logo da própria prefeitura e da Secretaria de Habitação, financiado pela Caixa Econômica Federal, em diversos locais: Centro, Jardim América, dentre outros.

Nessa procura encontramos, entretanto, um outro programa - Projeto Habitar Brasil, cujo único gasto consiste em um investimento de R\$ 39.500,00, referente à "contratação de consultor - Habitar Brasil". Ficamos intrigados que tal contratação venha a ajudar no objetivo do programa, de "melhorar a qualidade de vida da população urbana de baixa renda, aumentando a disponibilidade de serviços urbanos e sociais em favelas (...)".

Independentemente do resultado das ações movidas pelo Ministério Público, ficamos orgulhosos em contribuir com o exercício pleno da cidadania através da maior transparência do orçamento público. Na próxima edição do *JE*, faremos um balanço detalhado do recente "empréstimo" da prefeitura ao governo do Estado, analisando suas implicações financeiras, sociais e, sobretudo, políticas. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro.  
Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, e Eduardo Kaplan

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900- Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121  
Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: <http://www.corecon-rj.org.br> - Lista de discussão: [forumrio@rits.com.br](mailto:forumrio@rits.com.br) - [www.fporj.blogspot.com.br](http://www.fporj.blogspot.com.br)  
As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

RESENHA

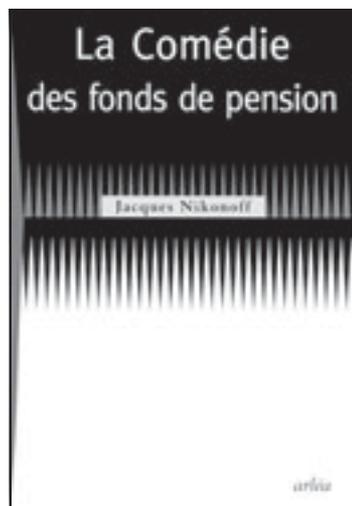
# A comédia dos fundos de pensão

Ainda sem tradução para o português, o livro do economista e professor universitário francês Jacques Nikonoff “*La comédie des fonds de pension*” (A comédia dos fundos de pensão. Ed. Arléa, Paris, 2000, 2ª. edição) é de leitura obrigatória para quem almeja compreender o papel que esses fundos cumprem na etapa atual do capitalismo. A resenha a seguir é uma forma de divulgar a obra entre nós, brasileiros.

Que razões existem para que cidadãos de diferentes países estejam tão preocupados com suas aposentadorias? Para que reformar os sistemas nacionais de previdência e criar fundos de pensão? Por que prolongar o tempo de contribuição ou ampliar os limites de idade para os que aspiram à aposentadoria? Por que são tão precários os diagnósticos oficiais sobre a real situação econômico-social dos sistemas de proteção social implantados no pós-guerra?

Essas foram as perguntas colocadas pelo autor de *La Comédie des Fonds de Pension*, Jaques Nikonoff, logo no primeiro parágrafo da introdução a este livro, que é um dos estudos mais abrangentes sobre o papel dos fundos de pensão no atual regime de acumulação mundial.

Na primeira parte, que trata de “Emprego e aposentadoria – A revolução branca dos ultraliberais”, Nikonoff informa que partiu do Banco Mundial, em 1994, o primeiro docu-



mento alertando para uma crise nas aposentadorias ligadas a regimes públicos e por repartição, pois os dados demográficos indicavam tendências de envelhecimento da população.

## Lógica ultraliberal

Com tom crítico, o Banco Mundial denunciava ainda que os sistemas existentes favoreciam mais aos ricos do que aos pobres e propunha, já naquela ocasião, uma reforma que permitisse inserir os recursos da Previdência Social em estratégias de crescimento econômico. Para tanto, o Banco sugeria que a previdência pública fosse reduzida a valores mínimos, complementados por poupança individual, obrigatória e/ou voluntária.

Na verdade, segundo Nikonoff, a lógica ultraliberal do projeto do Banco Mundial tinha três finalidades: a) minimizar os recursos destinados à proteção dos idosos, b) favorecer os mercados financeiros, c) privilegiar a camada mais rica da sociedade.

Em seguida, o autor procura analisar os riscos sociais que decorrem da adoção de fundos de pensão. Para os brasileiros, esta é a parte mais original e profícua deste livro, pois é aqui que se desenvolve uma verdadeira “macroeconomia da privatização da proteção social”. Alinhando-se com os keynesianos, marxistas e regulacionistas franceses, J. Nikonoff explica a posição dos fundos de pensão em uma nova etapa da mundialização, da financeirização da economia e das empresas e na desestabilização dos mercados financeiros internacionais.

Uma terceira parte está dedicada à apresentação das razões pelas quais o autor julga que os fundos são ineficazes e responsáveis por efeitos socialmente perversos. Em síntese, o autor sustenta que o desempenho financeiro desses fundos tem sido bastante medíocre no médio e no longo prazo, e que sua adoção provoca uma diminuição no valor das aposentadorias bem como um aumento nas desigualdades sociais.

Para terminar, Jacques Nikonoff manifesta sua convicção de que os fundos de pensão são totalmente inúteis e não servem como provedores de poupança para empresas ou para nações. Suas conclusões estão embasadas na experiência profissional que acumulou, em pelo menos dois países: os Estados Unidos, onde viveu por alguns anos e onde começou a analisar a operacionalidade dos fundos de pensão, e a França, sua terra natal, onde já exerceu diversos cargos públicos no governo central, antes de dedicar-se ao magistério.

Nikonoff é autor de dois outros livros sobre os temas trabalho e emprego e foi assessor financeiro e representante da *Caisse de dépôts*, em New York. Atualmente, preside o movimento Attac (Associação para a Tributação sobre Transações Financeiras e de Apoio ao Cidadão), na França, e já esteve no Brasil algumas vezes, realizando palestras sobre “A comédia dos fundos de pensão”. ■